

■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ Educação Patrimonial – A (Re)educação do olhar do aluno da rede pública do Distrito Federal

 Fábio da Silva *

Recebido em: 22 jul. 2019
Aprovado em: 6 maio 2020

Resumo: Este artigo promove uma reflexão sobre Educação Geográfica e o ensino das Artes Visuais, principalmente propõe uma Educação Patrimonial ao aluno de uma forma lúdica. Em geral, o autor deste artigo visa dialogar com os educadores a respeito do processo de ensino/aprendizagem, ou seja, que por meio da Educação Patrimonial é possível contribuir com a preservação e conservação do patrimônio cultural. A partir dos resultados obtidos, pretende-se propor uma linha pedagógica para o ensino das artes visuais, endereçados a Educação Patrimonial com vistas ao fortalecimento da noção de pertencimento aos estudantes que frequentam as escolas da rede pública do Distrito Federal.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Artes Visuais. Educação Geográfica. Arquitetura e Brasília.

* Fábio da Silva é mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Educação Artística Aplicada - Artes Plásticas pela Faculdade São Luís - SP e graduado em Educação Artística - História da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de Arte da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2082676655712353>. Contato: fabiosidney2000@yahoo.com.br.

Introdução

A iniciativa de pesquisar a Educação Patrimonial decorre da constatação de que diversos educadores de Brasília não trabalham a cidade (território)¹ no seu programa de ensino. Principalmente a arquitetura e os artistas de Brasília, que mesmo que sejam educadores e convivam diariamente com o panorama arquitetônico, poucos professores demonstram interesse, e compromisso com a valorização do cenário das ruas, dos monumentos e de variados ícones artísticos que estão à nossa disposição no percurso, no espaço, no tempo, e na dimensão da nossa cidade.

A dificuldade em estabelecer esse reconhecimento e essa identificação tem relação direta com a falta de conscientização, por parte de alguns professores, além da inadequada forma de trabalhar o conteúdo que se relaciona com a sensibilidade artística e urbana. Assim, Lana Cavalcanti (2010) doutora em Geografia e autora de diversos livros de ensino de geografia, afirma:

[...] ensinar Geografia não é ensinar um conjunto de conteúdos e temas, mas é, antes de tudo, ensinar um modo específico de pensar, de perceber a realidade. Trata-se de ensinar um modo de pensar geográfico, um olhar geográfico, um raciocínio geográfico. Esse modo de pensar tem sido estruturado historicamente por um conjunto de categorias, conceitos e teorias sobre o espaço e sobre a relação da sociedade com o espaço. Sendo assim, ensinar Geografia é ensinar, por meio de temas e conteúdos (fatos, fenômenos, informações), um modo de pensar geograficamente/espacialmente o mundo, o que requer desenvolver, ao longo dos anos do ensino fundamental, um pensamento conceitual. (CAVALCANTI. 2010. P.7)

Percebe-se que, nas escolas de ensino básico, culturalmente a arte sempre fora atrelada a um ponto de vista lúdico e recreativo, fazendo com que o aspecto estético, simbólico e de significado, torne-se algo sem importância, a ponto de perder o sentido valorativo dos aspectos visuais e ornamentais do ambiente urbano.

Este estudo, portanto, vai ao encontro da necessidade de se fazer uma abordagem temática, tendo em vista que permite discussão relativa a um conjunto de significados simbólicos e que se relacionam com patrimônio arquitetônico, material, imaterial, memória, lugar e identidade cultural e uma análise estético-formal sobre a arte, a cidade e a geografia escolar.

Especificamente, o autor do artigo deseja refletir sobre as lacunas do tema e projetar algumas possibilidades de ação para Educação Patrimonial na multiplicidade do olhar sobre a arte e a arquitetura, bem como o ensino da geografia, destacando a história, o significado, contribuindo para preservação e conservação do patrimônio cultural de nossa cidade.

Tomando como referência a afirmação da arte-educadora Ana Mae Barbosa "Sem conhecimento de arte e história não é possível à consciência de identidade nacional" (BARBOSA, 1991, p.33),

Educação patrimonial

Há intenção do autor do artigo é de contribuir para o ensino da Geografia, da Arquitetura, e da História da Arte no Brasil.

Partindo do princípio de que temos a real necessidade de uma educação patrimonial, e por essa razão, o educador possa e deva colaborar com a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, a partir da reeducação e ressignificação do olhar do aluno.

A conferência de Atenas da Sociedade das Nações de 1931 considera que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e interesse do próprio povo.

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização (MEC. 1995, p.19)

Ou seja, para essa instituição, a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade deve ser de interesse de toda a comunidade em qualquer país, em qualquer estado, como forma de perpetuar as características de cada civilização.

Esse princípio se manifesta, por meio do desejo de que os Estados, agindo com as normas e regras do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem entre si, cada vez mais concretamente, para favorecer a arte, a arquitetura e a urbanidade dos espaços citadinos. Lembrando a citação de Giulio Carlo Argan em seu livro "história da Arte como história da arquitetura":

De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade. E se em alguns casos, este é atribuído apenas por uma elite de estudiosos, é claro que estes agem no interesse de toda a comunidade, porquanto sabem que o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos. (ARGAN, 2005, p. 228).

Apesar de morarmos em uma cidade, a ser dentro de certas probabilidades um museu moderno ao ar livre, porém, sua fundação e seu desenvolvimento passam pela divisão territorial do Distrito Federal, e a população tem informações insuficientes a respeito dos monumentos arquitetônicos projetados pelos arquitetos Oscar Niemeyer, João Filgueira Lima, Lucio Costa e outros. Assim também possui a arte e a cultura popular, bem como obras artísticas como os azulejos do artista plástico carioca Athos Bulcão que estão espalhados por lugares públicos, necessitando que haja uma preservação e conservação dos mesmos.

O estudo doravante é importante para que a população, sabendo que Brasília é Patrimônio Cultural da Humanidade, e se relacionando com o passado, se sensibilize com os elementos que compõem seu patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental, já que este representa a sua memória.

Diversos estudos tem apenas o olhar para o centro de Brasília! Ao contrário deste que visa o olhar também para a periferia do Distrito Federal, ou seja, amplia os espaços de patrimônio, quebrando a dicotomia entre a tradição e o popular, valorizando a cultura popular.

Nesse sentido, o professor de Geografia (POSGEA/UnB) Everaldo Costa defende: "É importante considerar que as periferias são representação de espaços políticos e econômicos,

cujos estratégicos fluxos centros-periferias-centros fazem do periurbano lugar de centralidades artístico-culturais a serem cartografadas.” (COSTA, 2017, p. 14). Faz-se necessário, sobretudo, definir o termo Educação Patrimonial, que de acordo com a museóloga, diretora do Museu Imperial, e organizadora do “Guia Básico de Educação Patrimonial” Maria de Lourdes Parreiras Horta² (1999):

(...) trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA. 1999. P.6)

Neste caso, entende-se como Patrimônio Cultural toda e qualquer manifestação artística e cultural, seja ela individual ou coletiva. Por essas e outras razões plausíveis, a Educação Geográfica, a História da Arte e da Arquitetura no Brasil e no mundo, bem como sua importância no processo educativo, merece um olhar e um estudo apurado, visando valorizar as riquezas arquitetônicas e panorâmicas.

Porém, mais do que o centro de Brasília, nós temos um território, e este não se encontra vazio, mas cheio de culturas, valores e saberes, isto faz parte do nosso cotidiano, mas que, infelizmente, às vezes são desconsideradas e ignoradas pelo público de uma maneira geral, e por vezes pela escola, que a priori, tem o compromisso de, entre outras ações, divulgar os trabalhos artísticos, para enriquecer esteticamente, a paisagem urbana do distrito Federal.

Podemos usar como exemplo de uma prática pedagógica voltada para uma educação patrimonial, o projeto “Caixa Patrimonial”, um trabalho coordenado pela professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB Cláudia Garcia³ em Brasília, que tem como público professores e alunos das séries finais da educação fundamental do ensino público do Distrito Federal. O projeto citado, de acordo com a sua coordenadora, “é o desenvolvimento de uma “caixa patrimonial” com informações gerais da região do DF e com conteúdo histórico de cada uma das regiões administrativas do Distrito Federal”.

Todo ser humano tem relação com o lugar onde vive, e isso lhe dá um sentimento de autoestima e de pertencimento em relação à cidade, ou seja, o lugar tem identidade que vincula os sujeitos ao espaço onde moram, de modo a perceberem a importância da sua continuidade e a reconhecerem sua própria história nos espaços que frequentam, como as praças, as escolas, as pessoas com as quais convivem, os templos religiosos, as feiras, os clubes, as ruas, as árvores e tudo aquilo que encerra a ideia de patrimônio material e imaterial (LE GOFF, 2006, p. 91).

Com a Educação Patrimonial, temos o propósito de contribuir ao mesmo tempo para a arte-educação e a educação geográfica, proporcionando ao educador e aos educandos, o fortalecimento da noção de pertencimento para aqueles que frequentam as escolas das cidades do Distrito Federal. A

importância de realizar este tipo de trabalho decorre de que alguns dos jovens brasileiros têm, de um modo anárquico, depredado o patrimônio público, cabendo-nos intervir de uma forma sensível para se manter a preservação da nossa arquitetura e cultura local.

A educação do olhar

A razão de trabalharmos a educação patrimonial tem por base o fenômeno de que um expressivo número de educadores não tem levado em consideração a arquitetura e isso é mais grave em Brasília. Percebe-se que nas escolas os muitos professores não usam o acervo que têm, considerando que tanto alunos como professores moram em uma cidade que é considerada um verdadeiro museu a céu aberto e ambos não têm o conhecimento mínimo necessário para protegê-lo.

De acordo com a consultora de cultura e turismo Stela Murta e autora do livro “Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar” diz: “Devemos também levar os moradores a (re) descobrir novas formas de olhar e apreciar seu lugar, de forma a desenvolver entre eles atitudes preservacionistas”. Já a doutora em arte e professora do Instituto de Artes da Universidade de Brasília (Ida/UnB) Marília Panitz complementa dizendo que “Esse tipo de olhar provocaria uma educação estética para os moradores da cidade”.

É necessário, portanto, fortalecer ações junto aos educadores em geral sobre a importância da formação integral dos alunos e com a nossa cidade - tendo a educação patrimonial como referência - buscando levar os nossos alunos a conhecerem e reconhecerem a cidade em que vivem. Cabe à escola realizar o que Kevin Lynch nos propõe: “Deve convidar seus observadores a explorar o mundo. É bem verdade que precisamos de um ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico” (LYNCH. 1997 p.137).

O que se sabe é que esta é uma tarefa difícil de acontecer, pois a preparação profissional do professor não possui um material didático e uma orientação instruída nas universidades em geral, na qual foi formado. Entre continuidades e discontinuidades, Brasília é reconhecida como a capital federal e sua história merece um apontamento, considerando que padece, assim como as cidades que a circundam, dos antagonismos e das multiplicidades culturais que requerem estudo, no sentido de se verificar a identidade cultural e a valorização e a preservação do patrimônio, para além do Plano Piloto.

Uma pergunta que o autor do presente artigo faz quando se depara com um monumento em estado de depredação é a seguinte: por que os brasileiros destroem o seu próprio patrimônio? Numa primeira digressão, pode-se afirmar que entre os fatores de influência estão, questões socioeconômicas. Um exemplo que podemos citar, é o que ocorreu no ano de 2018, mas precisamente no mês de Setembro, os cariocas e os brasileiros de uma forma geral, foram pegos de surpresa com a notícia de que o Museu Nacional do Rio de Janeiro estava em chamas! Houve perda total do seu acervo! Ocorreram diversos pronunciamentos de autoridades do meio da Cultura, que apontavam às diversas causas que provocaram o incêndio. Uma das causas que foi mais criticada foi à falta de liberação de verbas para a manutenção e conservação do prédio.

A segunda questão é a falta de uma educação adequada, pois não podemos negar que existe o vandalismo, portanto devemos ter a consciência que o mesmo deve ser combatido com a educação e a mesma deve-se aliar à proposta da arte e da educação geográfica, voltada para o conceito de uma educação patrimonial.

A reeducação do olhar

A arte-educação e a educação geográfica aliam-se à reeducação do olhar. Em primeiro lugar, respeitando a cultura do aluno; em segundo, introduzindo no seu dia-a-dia o conceito de lugar e sua ampliação para além do local, a partir da apreensão dos elementos da linguagem plástica e geográfica. Os estudantes treinados a olhar pela lente da geografia obras de arte e/ou paisagem urbana poderão identificar suas formas, cores e linhas e relacionar sua importância para o contexto histórico, geográfico, social, ambiental e político.

A educação patrimonial é uma atividade necessária, ligada nos conceitos da geografia e das artes, quando o seu resultado se torna uma alternativa para se obter uma educação cidadã, proposta esta que o professor pode realizar com os seus educandos levando-os a pensar o espaço geográfico. Segundo Jaqueline Moll Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB).

A cidade precisa ser compreendida como território vivo, permanentemente concebido, reconhecido e produzido pelos sujeitos que a habitam. É preciso associar a escola ao conceito de cidade educadora, pois a cidade, no seu conjunto, oferecerá intencionalmente às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida (MOLL, 2009, p. 15).

Dentro desta perspectiva, o professor poderá ter como fio condutor de sua aula, a questão do patrimônio público, abrindo-se uma discussão e um caminho para a conscientização da preservação e conservação do mesmo. É aí que o educador pode introduzir no seu programa de ensino o papel educativo dos espaços da cidade e do campo.

Um olhar geográfico

Para que ocorra uma verdadeira mudança na maneira de ensinar na escola, cabe ao professor conhecer e reconhecer a paisagem local do seu território de trabalho, que muitas das vezes é o mesmo que seus alunos vivem. De acordo com a doutora em Geografia Helena Copetti Callai⁴ (2010) “É necessário e importante considerar a cultura do local, portanto, na definição de que trabalhar a geografia e, em especial, de como fazer o trabalho com os conteúdos”. Neste caso, é importante que o professor tenha conhecimento daquilo que ele vai ensinar. A autora citada acrescenta:

a Geografia a ser ensinada deve considerar os seguintes aspectos: para quê, como, o quê, para quem. Para tanto, trata da importância e da necessidade de se considerar a cultura escolar e do entorno da escola, o papel da escola no mundo atual e o da geografia como conteúdo curricular. CALLAI. 2010. P.15-37).

Portanto é preciso rever uma parte do componente curricular da Geografia escolar e da Arte-educação, dando uma maior ênfase no que diz respeito a história da cidade e é preciso quebrar os paradigmas existentes na sociedade em relação a essa utopia sobre Brasília por meio da reeducação do olhar do nosso espaço geográfico, a fim de contribuir para uma Educação Patrimonial.

A nossa intenção não é de criar uma nova disciplina no currículo escolar; e sim de proporcionar ao professor uma forma de trabalho que possa ser aplicado de maneira transversal, com diversas disciplinas, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)⁵ “(...) A geografia tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem.” (BRASIL, 1998 p.26) E possui uma proposta nominada de Temas Transversais e que nos possibilita a realização de um trabalho de integração das disciplinas, preparando os nossos alunos para exercerem a cidadania.

O currículum em movimento da educação básica - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) quer que cheguemos a uma prática global, então devemos começar pelo local. “Os conteúdos trabalhados nesta dimensão devem favorecer as práticas sociais, de cunho notadamente artístico e estético, desempenhadas pela humanidade ao longo dos tempos e na contemporaneidade”. (Brasília, 2014 p.35). Baseando-se nessas considerações, a problemática deste artigo busca alinhar o tema da preservação do patrimônio cultural ao território e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global. (BRASIL, 2018, p. 485)

Em uma proposta curricular voltada para a preservação do patrimônio, a interdisciplinaridade ganha especial significado, ao propiciar espaço de reflexão na escola, possibilitando múltiplas leituras a partir do objeto analisado, por meio de reeducação do olhar da nossa cidade, a fim de contribuir para a Educação Patrimonial, dando valor a nossa história, a nossa cultura e, de forma geral, preservando o nosso patrimônio e compreendendo sua importância.

O objetivo da interdisciplinaridade é levar os professores e alunos a perceberem que a realidade no nosso dia é múltipla, e permite várias leituras, além disso, as provas dos: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) para o Ensino Superior e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para a educação básica, vestibulares e concursos públicos, de um modo geral, utilizam à interdisciplinaridade como meio de avaliação.

Ao percebermos a dificuldade que os professores têm em preparar uma aula interdisciplinar, nos propomos a dar um exemplo de como aplicar a leitura da paisagem local no tema Educação Patrimonial.

O exemplo que será dado pode envolver as seguintes áreas de conhecimentos: Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. O professor deve levar em consideração que ao analisar o monumento os alunos

devem observar os seus aspectos históricos, geográficos, físicos e ambientais.

A primeira proposta é conduzir os alunos a realizarem uma apreciação do monumento, observando qual a sua cor, a forma, o volume, a textura, o material e a sua ornamentação. A segunda é a contextualização, verificando qual o período ou época que foi construído, qual o contexto histórico (temporalidade), social, político, econômico, geográfico (espacialidade) e tecnológico. O que é confirmado por PIRES e ALVES (2013):

Tais conceitos são considerados essenciais e os mais adequados para promover a compreensão, por parte dos alunos da Educação Básica, da complexidade do mundo, da organização do espaço, da espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos em suas dinâmicas e interações, e do funcionamento da natureza. PIRES e ALVES (2013, p.252):

Visando à reconstrução do olhar do aluno, se propõe trabalhar interdisciplinarmente, seguindo uma proposta de uma educação patrimonial. Assim, poderemos entender o território por meio de quem o vivencia.

Considerações finais

Este artigo contribui, ao mesmo tempo, com a Educação Geográfica e a Arte, desde que voltada à Educação Patrimonial, despertando uma reflexão, com desdobramentos, na conquista do reconhecimento, no respeito, e na convivência com as diferenças culturais, nesse caminho de acumulações da aprendizagem e identificações da cultura brasileira. A proposta vem ao encontro com a problemática dos jovens em nossa cidade, haja vista, casos recentes de depredação do patrimônio público.

Ensinar a geografia da cidade, mostrando como ela foi planejada e a contribuição dos artistas na sua construção, é uma forma de sensibilizar o cidadão a refletir que preservando a arte pública, dessa forma, ele estará preservando a sua história. E cabe a nós, como educadores, proporcionarmos um espaço, para o exercício da cidadania, (re) construindo o olhar do nosso educando.

Observamos a necessidade de se trabalhar uma educação patrimonial nas escolas, pois por meio da mesma estaríamos colaborando com a preservação do nosso patrimônio histórico e artístico cultural. Também, para este fim se faz necessário reeducar o olhar daquele a quem nos propomos educar. ■

Notas

¹ “É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na Geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais” (SAQUET; SILVA, 2008, p. 8).

² Vale acrescentar, que outros autores estudaram a Educação Patrimonial, como, *Evelina Grunberg (arquiteta do museu imperial)*, Stela Maris Murta, a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), entre outros.

³ Saiba mais: A caixa patrimonial: um projeto de Educação Patrimonial para escolas do Distrito Federal. GARCIA, Claudia. SILVA, Fábio. Publicado na revista Com Censo. 2020.

⁴ In: MORAIS, E. M. B e MORAES, L. B.. Formação de professores: conteúdos e metodologias de ensino de Geografia. Goiânia: Vieira, 2010. pp. 15-37.

⁵ Parâmetros Curriculares Nacionais - Geografia, 1998, p. 26.

Referências

ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARBOSA, Ana Mae. (org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo. Cortez, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Ensino Médio e Técnico. **Parâmetros Curriculares Nacionais**; ensino médio – Brasília 2002.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. 2018.

CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica**. In: MORAIS, E. M. B e MORAES, L. B.. **Formação de professores: conteúdos e metodologias de ensino de Geografia**. Goiânia: Vieira, 2010. pp. 15-37.

COSTA, E. **Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, 26(2): 53-75, 2017.

DISTRITO FEDERAL (BRASIL). Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal**. Ensino Médio. 2014

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia básico de Educação Patrimonial**. IPHAN, Museu Imperial. Brasília, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2006.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- MEC – IPHAN – Cartas Patrimoniais. Caderno de documentos nº 3. Brasília, 1995.
- MOLL, J. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC, Secad, 2009.
- MORAES, Loçandra Borges de. **Raciocínio geográfico, cartografia temática e ensino de cidade**. In: Boletim Paulista de Geografia. Edição especial: I Encontro Internacional de Cartografia Escolar e Pensamento Espacial. Vol. 99, 2018, pp. 312-331.
- MURTA, Stela Maris e Albano, Celina. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2002.
- PANITZ, Marília (org.). **Pensar Athos Olhares Cruzados**. VI fórum de artes visuais. Brasília. Fundação Athos Bulcão. 2008.
- PILLAR, Analice Dutra. **A educação do olhar no ensino da arte**. In BARBOSA, AnaMáe. (org.) Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo. Cortez, 2002.
- PIRES, Lucineide Mendes e ALVES, Adriana Olivia. Revisando os conceitosgeográficos e sua abordagem no ensino. In: SILVA, E. I. e PIRES, L. M. **Desafios da didática de Geografia**. Goiânia: Ed. da Puc Goiás, 2013. pp.235-257
- SILVA, Fábio da. **Educação Patrimonial**: Um olhar sobre a integração da obra de Athos Bulcão na arquitetura brasiliense. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB). 2009
- SILVA, Patrícia Assis, ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque e VALADÃO, Roberto Célio. **Por uma construção do raciocínio geográfico para além do pensamento espacial (Spatial Thinking)**. In: Anais do 5º Colóquio Internacional da Rede Latino-americana de Investigadores de Didática de Geografia. Goiânia/Pirenópolis: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (LEPEG) / Universidade Federal de Goiás (UFG). Jun./2018. pp. 73-83.